



INFORME SOBRE 1ª REUNIÃO DO GT MORADIA

A primeira reunião do GT Moradia do Fórum Justiça foi realizada no dia 23 de setembro, na Pastoral de Favelas, com a participação de 25 pessoas, dos diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam na defesa do direito à moradia.

Foi uma oportunidade do grupo se inteirar sobre o histórico das 100 Regras de Brasília, bem como sobre os dispositivos relacionados à questão da moradia constantes do referido documento, e também da Carta do Rio (2009) e da Carta de Buenos Aires (2010), além de debater sobre os objetivos do Fórum Justiça

Também foi esclarecido que o fórum de justiça foi pensado para criar um espaço aberto aos movimentos sociais e membros da sociedade civil, com o objetivo de discutir política judicial com participação popular, nos termos propostos pelas 100 regras de Brasília, que aposta em um modelo de justiça integrador.

A partir desse conceito básico, e da constatação de que o Fórum Justiça já se encontra instaurado, por meio da articulação de todos nessa reunião, por exemplo, os participantes puderam expor suas considerações iniciais sobre a iniciativa e sobre o sistema de justiça em geral, podendo ser citadas as idéias abaixo, que serão aprofundadas nas próximas reuniões.

- vulnerabilidade causada pelas remoções;
- necessidade de reforçar a mobilização das comunidades diante das remoções, com a realização de assembléias; retomada da luta;
- importância de aproveitar todo e qualquer espaço para o povo se manifestar, sendo necessário que os movimentos populares se engajem também em eventos deste tipo.
- necessidade de haver praticidade nas ações;
- criminalização realizada pelos entes públicos (MP, Judiciário, etc) e importância de utilizar a nomenclatura “desassistidos”/removidos, para que fique bem clara situação de vulnerabilidade e os fatos que estão ocorrendo;
- “a Justiça somente alcança os pobres para a criminalização e que a cidade do Rio de Janeiro está entregue aos bandidos (políticos)”;
- importância do juiz ir até a comunidade para ouvir os moradores e prestar informações (assistência);
- “A atuação do Judiciário é muito política, assim, a mobilização deve ocorrer nas comunidades e não acredita no avanço do diálogo com o judiciário; as barreiras são políticas e econômicas, portanto, a mobilização política deve ocorrer inicialmente com o povo, ressaltando a importância da mobilização das massas”

